



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEAM	
Protocolo nº: 09414/2012	156
Divisão: 1201	FL. Nº
Mat.	Visto

Processo nº 3863/2001/002/2004

Referência: Recurso à Câmara Normativa e Recursal do COPAM

Interessado: **FORMAUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.** Infração: Gravíssima
Porte médio/pequeno

PARECER JURÍDICO

Relatório

A sociedade empresária em referência foi autuada por "*Descumprir determinação contida na Deliberação Normativa COPAM 050/2001 em seu art. 3º §2º, itens II, e V, constatada a degradação ambiental*", tendo sido multada pela PRESIDENTE DA FEAM, no valor de R\$ 20.001,00, pela infração considerada de natureza gravíssima.

Inconformada a sociedade interpôs recurso a CNR/COPAM, tempestivamente, onde em síntese, alega que:

- a recorrente foi compelida a cumprir determinações como instalar SAO, com base na DN 50/2001, na data de sua publicação, sem tempo para as adaptações impostas;
- a imposição da penalidade pela autoridade fiscalizadora não obedeceu os primados da lei, tendo em vista que o recorrente estava dentro do prazo concedido para regularização;
- impossível a responsabilização do recorrente uma vez que não se encontra presente um dos elementos norteadores da responsabilidade administrativa, qual seja, o "dano";
- demonstra a total desobediência aos princípios constitucionais elencados, cuja obrigação do agente fiscalizador era no mínimo confirmar in loco as argumentações trazidas aos autos pelo recorrente;
- reitera o conteúdo da defesa apresentada e faz prova de suas argumentações e do cumprimento de suas obrigações;
- o Decreto nº 44.844/08 concede ao agente fiscalizador um elevado poder de autuação, contempla entre o mínimo e o máximo, cujo critério avaliador é do agente;
- os §§ 2º e 3º do art. 3º da DN COPAM 050/2001 foi revogado pela DN COPAM 108 e a suposta infração está revogada;
- a empresa possui o porte pequeno conforme a DN 74/2004 devendo ser alterado para R\$10.001,00 a penalidade de multa.
- não gera e nem pode gerar aplicação de multa ante ausência de dano;

-preliminarmente requer a suspensão da decisão na forma do art. 61,§único da Lei 8.784/99 e no mérito o provimento do recurso e *ad argumentandum* a alteração do valor decorrente do porte do empreendimento.

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito a decisão da Presidente da FEAM que culminou na aplicação de uma penalidade de multa à recorrente.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na vistoria do dia 07-07-2004 o descumprimento da Deliberação Normativa 050/2001.

Imperioso ressaltar que a recorrente alega a descaracterização da autuação em decorrência da incidência das normas da Deliberação Normativa COPAM nº 108, de 24 de maio de 2007, que altera a Deliberação Normativa Copam 50/01, a qual estabelecia os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, alterou os prazos de regularização ambiental desta atividade.

Segundo o anexo da referida deliberação, foram estabelecidos prazos diversos e procedimentos para obtenção e renovação da LO ou AAF para os empreendimentos enquadrados no artigo 1º da Deliberação e ainda não regularizados em 25/05/2007, desta norma, não encontramos disposição legal que permita a descaracterização da presente autuação.

Em relação a incidência da nova norma nos processos em tramitação, foi elaborado o parecer da Advocacia Geral do Estado de nº 14.482 de 31 de março de 2005, que contraria o alegado, em regra as leis não retroagem. Transcrevemos um trecho do citado parecer: "O fato que se caracteriza como infração é inalterável após sua consumação. Se a norma vigente à época do fato o considera como infração, esse fato é permanentemente uma infração. O princípio "tempus regit actum" informa o fato ou ato a ser apreciado e considerado juridicamente segundo a norma vigente ao tempo em que aconteceu".

Por fim, em relação ao porte do empreendimento de médio para pequeno em consulta ao SIAM, consta a concessão de AAF com capacidade de Armazenagem: 90m³ do empreendimento em questão, o que caracteriza o porte pequeno do empreendimento devendo ser alterado o valor da multa aplicada, na forma do disposto na DN 108/2007 c/c com artigo 96 do decreto 44.844/08, o que significa o valor de R\$10.001,00.

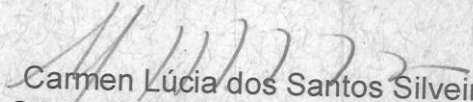
II – Conclusão:



Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar a decisão de aplicação de multa, sugerimos o INDEFERIMENTO DO RECURSO apresentado, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, com alteração do valor da multa aplicada decorrente do porte pequeno do empreendimento para R\$10.001,00, nos termos da DN108/07 c/c artigo 96 do Decreto 44.844/08.

È o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2012


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – Masp 1043754-9

